

PERFIL DOS ESTABELECECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE MATO GROSSO COM BASE NOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017

Profile of family agriculture establishments in the state of Mato Grosso based on data from the 2017 agricultural censo

Perfil de los establecimientos de agricultura familiar en el estado de Mato Grosso con base en datos del censo agropecuario de 2017

DOI: 10.48075/igepec.v28i1.31356

Anderson Nunes de Carvalho Vieira
Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Marechal Cândido Rondon

João Edmilson Fabrini
Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Marechal Cândido Rondon

PERFIL DOS ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE MATO GROSSO COM BASE NOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017

Profile of family agriculture establishments in the state of Mato Grosso based on data from the 2017 Agricultural Censo

Perfil de los establecimientos de agricultura familiar en el estado de Mato Grosso con base en datos del Censo Agropecuario de 2017

Anderson Nunes de Carvalho Vieira¹
João Edmilson Fabrini²

Resumo: O estudo pretende retratar a situação dos estabelecimentos da agricultura familiar no estado de Mato Grosso. Para tanto, propôs-se como objetivo geral descrever o atual cenário das propriedades da agricultura familiar no estado com base nos dados do Censo Agropecuário levantado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017. Esta pesquisa se torna importante pelo fato de a agricultura familiar responder por aproximadamente 70% dos estabelecimentos rurais no estado, porém não chegando a 10% da concentração de terras agricultáveis. Em conclusão, os dados do IBGE de 2017 evidenciam a importância da agricultura familiar em Mato Grosso, com 69% dos estabelecimentos rurais pertencentes a esse setor. A concentração de terras, desigualdades raciais e de gênero, bem como a falta de acesso a crédito e orientação técnica, são questões evidentes. A predominância da pecuária, o uso limitado de práticas agrícolas sustentáveis e a baixa adoção de tecnologia são pontos de atenção. A dependência da agricultura familiar para o desenvolvimento socioeconômico requer políticas específicas, especialmente focadas no acesso ao crédito e na orientação técnica.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Propriedades. Estabelecimentos.

Abstract: *The study aims to portray the situation of family farming establishments in the state of Mato Grosso. To this end, it was proposed as a general objective to describe the current scenario of family farming properties in the state based on data from the Agricultural Census surveyed by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) in 2017. family farming accounts for approximately 70% of rural establishments in the state, but not reaching 10% of the concentration of arable land. In conclusion, the 2017 IBGE data show the importance of family farming in Mato Grosso, with 69% of rural establishments belonging to this sector. The concentration of land, racial and gender inequalities, as well as the lack of access to credit and technical guidance, are obvious issues. The predominance of livestock, the limited use of sustainable agricultural practices and the low adoption of technology are points of attention. Dependence on family farming for socioeconomic development requires specific policies, especially focused on access to credit and technical guidance.*

Keywords: *Family Farming. Properties. Establishments.*

Resumen: *El estudio tiene como objetivo retratar la situación de los establecimientos agrícolas familiares en el estado de Mato Grosso. Para ello, se propuso como objetivo general describir el escenario actual de las propiedades agrícolas familiares en el estado a partir de los datos del Censo Agropecuario levantado por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) en 2017. La agricultura familiar representa aproximadamente El 70% de los establecimientos rurales del estado,*

¹ Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campos de Marechal Cândido Rondon-PR. E-mail: andersonvieira.nunes@hotmail.com

² Docente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campos de Marechal Cândido Rondon-PR. E-mail: joao.fabrini@unioeste.br

pero sin llegar al 10% de la concentración de tierra cultivable. En conclusión, los datos del IBGE de 2017 muestran la importancia de la agricultura familiar en Mato Grosso, con el 69% de los establecimientos rurales pertenecientes a este sector. La concentración de la tierra, las desigualdades raciales y de género, así como la falta de acceso a crédito y orientación técnica, son problemas evidentes. El predominio de la ganadería, el uso limitado de prácticas agrícolas sostenibles y la baja adopción de tecnología son puntos de atención. La dependencia de la agricultura familiar para el desarrollo socioeconómico requiere políticas específicas, especialmente enfocadas en el acceso al crédito y la orientación técnica.

Palabras clave: Agricultura Familiar. Propiedades. Establecimientos.

INTRODUÇÃO

O Mato Grosso possui uma área de aproximadamente 903.357,908 km², três biomas naturais (Amazônia, Cerrado e Pantanal) e quatro dos dez maiores rios do Brasil (Rio Araguaia, Rio Paraguai, Rio Teles Pires e Rio Xingú). Com uma população estimada em 3,5 milhões de habitantes e localizado no coração do Brasil e da América do Sul, o estado é o 17^o colocado em quantidade de habitantes e o terceiro maior estado brasileiro a nível territorial. Outra característica notável é a sua ascensão econômica estimulada pela economia agrícola, especificamente pelo agronegócio.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) do estado obteve um crescimento de R\$ 12,3 bilhões em 1999 para mais de R\$ 142 bilhões em 2019, ou seja, um salto da 21^a para a 13^a posição nacional em 20 anos. Ainda conforme o IBGE, o acumulado dos últimos quatro trimestres já somou um crescimento de 4,7%³ onde 51,7% deste percentual está atrelado a produção do agronegócio no estado (IBGE, 2010/2022)⁴.

Na contramão desse *mainstream* agrícola, está a agricultura familiar e camponesa. Enquanto o agronegócio, e sua produção agroexportadora, é hegemônico no estado, a agricultura familiar e camponesa vem perdendo cada vez mais espaço. De acordo com os dados dos Censos Agropecuários do IBGE, em 2006 existiam 85.815 estabelecimentos da agricultura familiar em Mato Grosso o que foi reduzido para 81.635 em 2017. Por outro lado, o número de estabelecimentos não familiares aumentou de 27.172 em 2006 para 37.044 no censo agropecuário de 2017. Entretanto, é sabido que a predominância dos latifúndios nas atividades rurais em Mato Grosso já se arrasta por vários anos, acarretando um enorme oligopólio agrícola e da terra no estado.

Nesse sentido, Lima e Paula (2018) argumentam que a agricultura brasileira, desde os tempos da colonização até os anos de 1970, caracterizou-se pela desigual distribuição de riqueza e terras, e foi influenciada principalmente pela intervenção do governo, que incentivou o cultivo de cana-de-açúcar e café, predominantemente em grandes propriedades. Durante esse período, a agricultura familiar sobrevivia de forma dependente da produção exportadora em larga escala, mesmo sem possuir necessariamente a posse da terra, ou então em áreas periféricas das áreas de expansão, como unidades de produção independentes.

Desta forma, este estudo se propõe a responder a seguinte problemática: qual o atual cenário dos estabelecimentos da agricultura familiar no estado de Mato Grosso? Para tanto, propôs-se como objetivo geral descrever o atual cenário das propriedades da agricultura familiar no estado com base nos dados do Censo Agropecuário levantado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017. Como objetivos específicos delimitou-se: a) levantar os principais dados do Censo Agropecuário de 2017 referente aos estabelecimentos da agricultura familiar em Mato Grosso; b) tabular e demonstrar os dados por meio de tabelas e gráficos e; c) discorrer sobre os resultados encontrados descrevendo a atual situação dos estabelecimentos da agricultura familiar no estado, no que tange ao uso da terra, da produção, do nível de cooperação, do grau de instrução e do uso de implementos e insumos agrícolas.

³ Valores referente de julho de 2021 até junho de 2022.

⁴ Conforme o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (CEPEA/ESALQ) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), considera-se PIB do agronegócio a soma da produção dos setores: a) insumos, b) agropecuária, c) agroindústria e d) agrosserviços.

Esta pesquisa se torna importante pelo fato de a agricultura familiar responder por aproximadamente 70% dos estabelecimentos rurais no estado, porém não chegando a 10% da concentração de terras agricultáveis. É um estudo que desperta a atenção para a discrepância da quantidade de números de estabelecimentos voltados para a agricultura familiar em detrimento da quantidade de terras disponíveis para este setor produtivo no estado.

O estudo utiliza uma abordagem analítica baseada em dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017. A metodologia empregada consiste na análise quantitativa e qualitativa dos dados coletados, utilizando tabelas, gráficos e quadros para apresentar as informações de forma organizada e compreensível. Para traçar o perfil das propriedades da agricultura familiar no estado foram abordados aspectos como a quantidade de propriedades por condição legal, a atividade econômica, o uso da terra, a classe de atividade, a área total, os estabelecimentos por municípios, a prática de plantio, os estabelecimentos associados e cooperados, os tipos de sistemas para preparo do solo, os métodos de irrigação, as unidades armazenadoras e a quantidade de máquinas e equipamentos. Também foi traçado o perfil dos responsáveis pelos estabelecimentos como o gênero, a escolarização, a raça, a idade e orientação técnica recebida.

O referido trabalho está estruturado, além desta introdução, com o referencial teórico no próximo capítulo. No capítulo três tem-se a metodologia empregada enquanto no quarto estão os resultados e discussões precedido das conclusões e referências utilizadas para elaboração desta pesquisa.

2 – REVISÃO DA LITERATURA

Sobre o conceito social de agricultura familiar, Abramovay (1992) discorre que a agricultura familiar engloba aquelas atividades agrícolas onde a administração, a posse e a maior parcela do esforço laboral são provenientes de indivíduos que possuem relações familiares, seja por vínculos de parentesco ou casamento. No entanto, é crucial salientar que esta definição não é uniforme e muitas vezes carece de precisão. Uma vez que diferentes estratégias sociais e suas interpretações moldam categorias científicas que servem a propósitos específicos, tal concepção é compreensível. Por exemplo, a maneira como a agricultura familiar é definida para a concessão de crédito pode não coincidir exatamente com a definição exigida para fins de quantificação estatística em um estudo acadêmico.

Considerando suas palavras, o conceito de agricultura familiar perpassa questões de extensão territorial e envolve aspectos mais profundos como o relacionamento pessoal, familiar e social com a terra. Na agricultura familiar, o produtor é ao mesmo tempo um administrador e proprietário dos meios de produção e da força de trabalho. Sua propriedade tem a finalidade de produzir tanto para o autoconsumo quanto para a geração de excedentes que se reverterá em lucro ao ser comercializado junto ao mercado.

Para Servolin (1972), a agricultura familiar possui traços com o sistema capitalista de produção por meio da comercialização de produtos entre os produtores rurais e as agroindústrias. Tal relação permite a existência de alimentos a preços baixos sendo produzidos em escalas que demandarão mecanização e uso de agrotóxicos para abastecer um mercado cada vez mais crescente. Já para Friedmann (1978), um traço marcante na agricultura familiar é a força de trabalho que também é detentora dos meios de produção e da terra. Para ele, este tipo de agricultura, com base em propriedades que possuem parentesco entre si, favorece a produção para subsistência, o acúmulo de capital e a satisfação de necessidades inerentes ao núcleo

familiar. No entanto, a definição de agricultura familiar conforme o Governo Federal Lei n. 11.326 de 24/06/2006 é:

I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011); IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (PLANALTO, 2006. n.p.).

Nesse conceito, percebe-se que a definição de agricultura familiar é indissociável do conceito de módulo fiscal. O módulo fiscal foi instituído no Brasil por intermédio da Lei nº 6.746/1979 com o intuito de realizar uma definição mais adequada para o “tamanho de propriedade rural” e, assim, o Estado realizar as devidas políticas agrícolas conforme a característica de cada segmento rural. De acordo com informações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2015):

Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares (EMBRAPA, 2015. n.p.).

Conforme o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2012), a divisão dos módulos fiscais apresenta-se da seguinte forma:

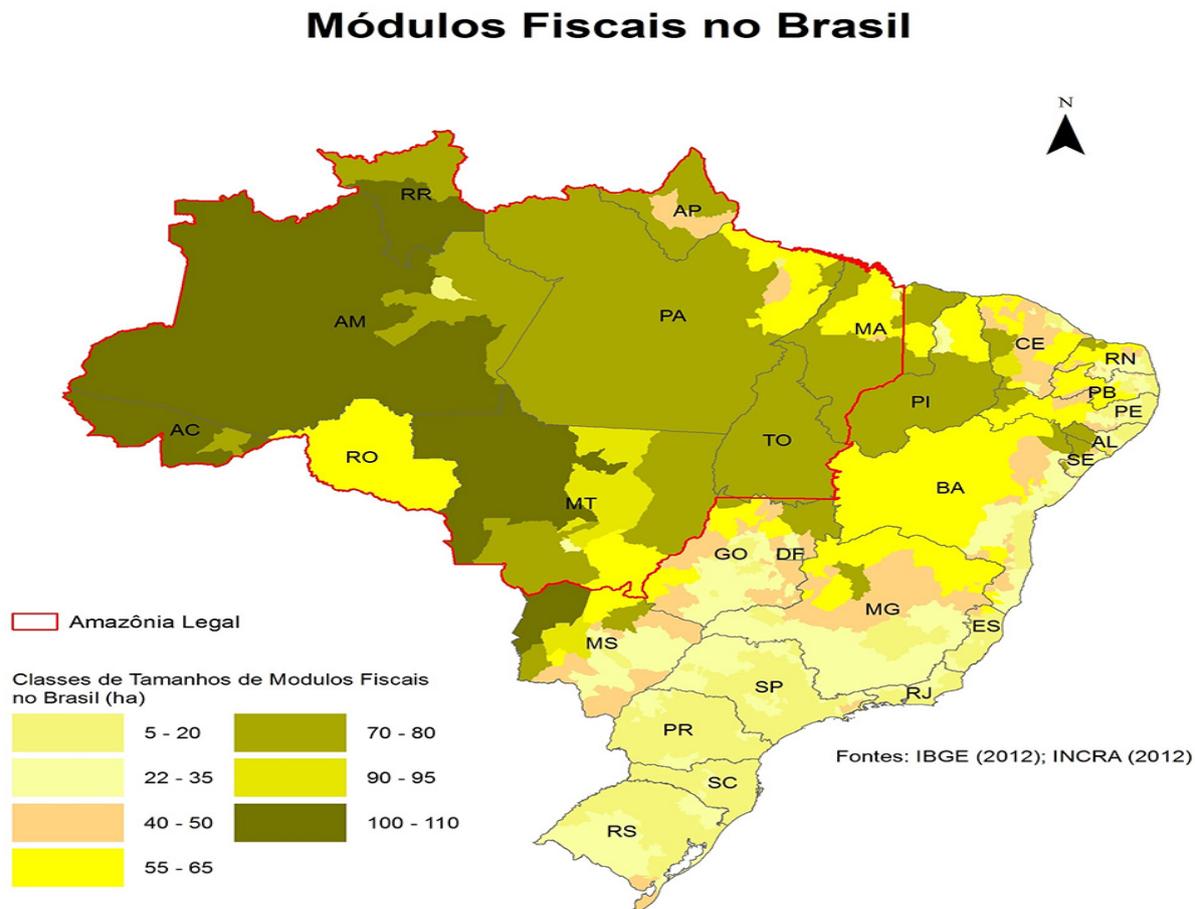
Quadro 1 – Divisão dos módulos fiscais conforme a propriedade rural (ano 2012)

Tipo de Propriedade Rural	Módulos Fiscais
Minifúndio	Abaixo de 1 módulo fiscal
Pequena propriedade	De 1 a 4 módulos fiscais
Média propriedade	Acima de 4 até 15 módulos fiscais
Grande propriedade	Acima de 15 módulos fiscais

Fonte: elaborado pelo autor com dados do INCRA, 2012.

O Mato Grosso é um estado com grandes proporções territoriais, por isso existe uma variação considerável no tamanho dos módulos fiscais entre seus 141 municípios. Assim, tem-se municípios como Cuiabá (capital do estado) onde um módulo fiscal equivale a 30 hectares e outros como Alta Floresta ou Aripuanã (na região norte do estado) onde um módulo fiscal chega a 100 hectares de terra. Na figura 01 é possível observar no mapa do Brasil a concentração de terra dividida por módulos fiscais no estado de Mato Grosso:

Figura 1 – Divisão dos módulos fiscais no Brasil e por estados (ano 2012)



Fonte: EMBRAPA, 2015 com base em IBGE (2012) e INCRA (2012).

Pela Figura 1 é possível perceber que em Mato Grosso a predominância são módulos fiscais onde a concentração de terra está entre 70 e 80 hectares e de 100 a 110 hectares. Conforme dados do INCRA (2012), a região Noroeste do estado possui maior concentração de terras por módulo fiscal entre 100 e 110 hectares devido a prática da pecuária extensiva enquanto as regiões Nordeste, Centro-Norte e Sudoeste são marcadas por propriedades que vão de 70 a 95 hectares por módulo fiscal devido a prática de monoculturas. A região Sudeste de Mato Grosso é a que possui maior presença da agricultura familiar, entretanto o estado é conhecido nacionalmente por seus grandes latifúndios.

Assim, tornam-se discerníveis os limites da expansão sustentável do sistema, em especial na fase subsequente delineada pela contemporaneidade ou persistência. As possibilidades de incrementar de maneira notável a produtividade do sistema, seja por meio de abordagens parciais ou progressivas, foram esgotadas de maneira integral. Essa circunstância evoluiu para assumir a forma de um obstáculo de importância significativa para o avanço da sociedade. Apesar de ter enfrentado desafios consideráveis ao longo de um período de quatro séculos, o sistema de latifúndios no Brasil mantém-se com notável influência, sustentando um controle firme sobre a configuração econômica rural contemporânea (GUIMARÃES, 1963).

3 – REVISÃO DA LITERATURA

3.1 – QUANTO AO TIPO DE PESQUISA: FINALIDADE, ABORDAGEM E OBJETIVOS

No que se refere à finalidade da pesquisa, este estudo utilizou-se do tipo pesquisa descritiva. Esse tipo de pesquisa tem por intuito mergulhar em um dado conhecimento científico, trazendo um novo olhar sobre uma certa realidade que pode ser aplicável em estudos ou cenários futuros. Quanto à abordagem, o estudo se enquadra como sendo misto, ou seja, qualitativa e quantitativa. Este tipo de abordagem contribuiu tanto para o levantamento e tratamento dos dados obtidos para a realização do artigo quanto para a sua posterior explicação. A abordagem mista permite o levantamento de dados quantitativos e sua interpretação de forma qualitativa, uma abordagem muito importante dentro da área das ciências sociais aplicadas (GIL, 2008).

Em relação aos objetivos, o estudo é de caráter exploratório. Sobre a pesquisa exploratória, Gil (2008) esclarece que esse método possui como principal objetivo a compreensão por intermédio da transformação de teorias, de ideias e de conceitos. Sua grande vantagem está na possibilidade de elaboração de problemáticas de pesquisa mais assertivas com hipóteses mais consistentes a fim de proporcionar estudos mais pontuais. As pesquisas exploratórias também apresentam um perfil de pesquisa mais detalhado, por meio de levantamento bibliográfico e documental, de entrevistas não padronizadas e de estudos de caso. A abordagem mista é bem-vinda neste tipo de técnica, pois possuem a característica de descrever uma visão ampla do objeto de estudo, de forma mais aproximativa possível. Por isso, o caráter exploratório da pesquisa auxiliou na identificação do atual cenário da agricultura familiar no estado de Mato Grosso.

3.2 – QUANTO AOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E OBJETO DE ESTUDO

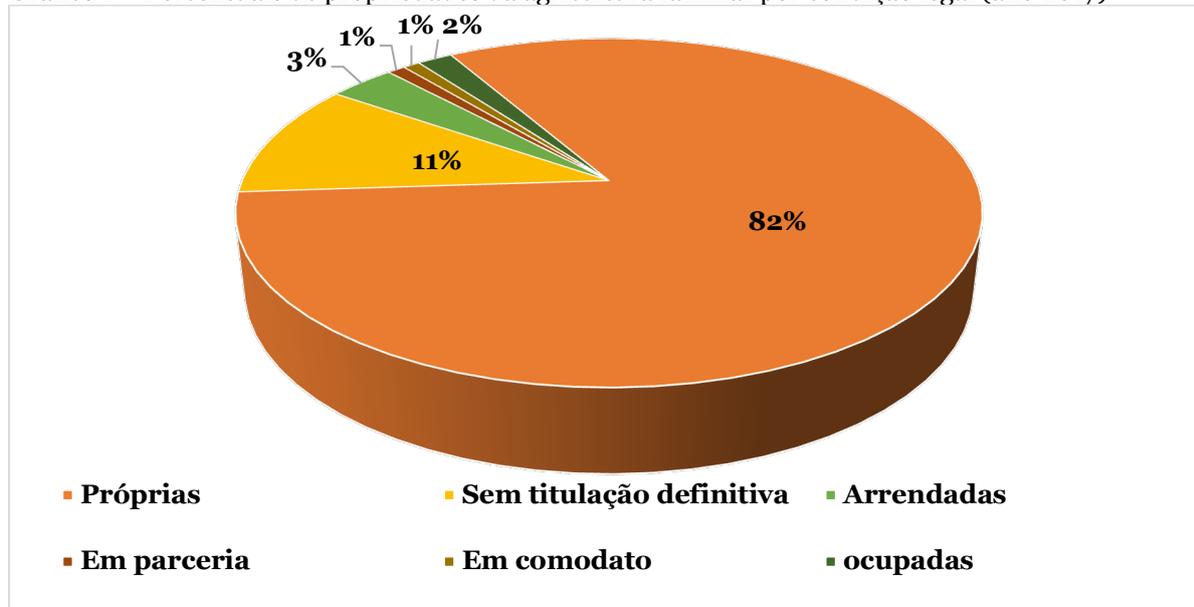
Quanto aos procedimentos, a pesquisa se enquadra como sendo bibliográfica e documental, com levantamento de dados secundários junto aos órgãos governamentais, em especial o Censo Agropecuário do IBGE realizado em 2017. O objeto de estudo é a agricultura familiar no estado de Mato Grosso e a sua relação com o uso legal e a área total da terra; a atividade produtiva e econômica; o uso de máquinas, implementos e insumos agrícolas; os estabelecimentos totais por práticas de plantio; o vínculo cooperativista e a escolarização, a idade, o sexo e a raça dos líderes das propriedades rurais.

Os dados foram coletados entre os meses de agosto e setembro de 2022, por meio do portal SIDRA/IBGE. O tratamento e a tabulação dos dados foram realizados utilizando-se o programa *Microsoft Excel 365*, bem como a confecção de tabelas e gráficos. Os dados quantitativos de origem secundária auxiliaram no esboço do atual cenário da agricultura familiar no estado.

4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme os dados do IBGE (2017), Mato Grosso possuía um total de 118.679 estabelecimentos rurais, sendo que 81.635 são pertencentes a agricultura familiar. Este número equivale a 69% do total de propriedades no estado. No que tange a condição legal destas propriedades o gráfico 01 retrata:

Gráfico 1 – Percentuais de propriedades da agricultura familiar por condição legal (ano 2017)



Fonte: elaborado pelos autores com base em informações do IBGE (2017).

Pelo Gráfico 1 é possível observar que a grande maioria das propriedades são próprias, no entanto 11% ainda aguardavam o título definitivo da terra. Os dados revelaram que ainda existia uma grande concentração de terra no estado onde eram destinados 5,13 milhões de hectares (9,35%) de terra para os agricultores familiares de um total de aproximadamente 55 milhões de hectares de terra em todo o estado. Do total desses estabelecimentos, 45.625 conseguiram linhas de crédito junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), outros 2.601 adquiriram crédito junto ao Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), enquanto 33.409 propriedades não conseguiram financiamento em nenhum desses programas (IBGE, 2017).

Nesse contexto, a melhoria da agricultura local e a qualidade de vida de sua população dependem da implementação de mecanismos e políticas específicas para o meio rural. O crédito rural é considerado um desses instrumentos capazes de contribuir significativamente, desde que seja aplicado de forma adequada, para o desenvolvimento socioeconômico da região. O crédito rural é uma política que pode proporcionar avanços importantes no processo produtivo da agricultura familiar, possibilitando a adoção de tecnologias que resultem no aumento da produção e em melhores condições de trabalho para os agricultores. Portanto, ao facilitar o acesso ao crédito rural e usá-lo de maneira eficiente, é possível impulsionar o desenvolvimento econômico e social desse setor agrícola (LOMBA e SILVA, 2014).

No que tange a atividade econômica a Tabela 01 informa que a maioria dos estabelecimentos da agricultura familiar em Mato Grosso estava ligada a pecuária e a criação de outros animais:

Tabela 1 – Quantidade de propriedades por atividade econômica (ano 2017)

Atividade econômica	Total de estabelecimentos
Lavouras temporárias	16.197
Horticultura e fruticultura	1.932
Lavouras permanentes	3.610
Sementes e mudas certificadas	70
Pecuária	57.957
Florestas plantadas	495
Florestas nativas	630
Pesca	27
Aquicultura	717

Fonte: elaborado pelos autores com base em informações do IBGE (2017).

A pecuária era predominante no estado devido a própria característica do cerrado que facilita este tipo de atividade rural. No que se refere ao uso da terra, a Tabela 2 demonstra:

Tabela 2 – Uso da terra entre as propriedades da agricultura familiar em Mato Grosso (ano 2017)

Uso da terra pela agricultura familiar	Total de estabelecimentos
Lavouras permanentes	12.254
Lavouras temporárias	20.677
Cultivo de flores	296
Pastagens Naturais	10.935
Pastagens plantadas em boas condições	64.996
Pastagens plantadas em más condições	8.948
Matas e florestas destinadas à preservação legal	53.526
Matas e florestas naturais	3.624
Matas e florestas plantadas	922
Sistemas agroflorestais com culturas ou pastagens	2.950
Tanques, lâmina d'águas, caminhos, terra inaproveitáveis, degradadas, construção, benfeitorias	79.860

Fonte: elaborado pelos autores com base em informações do IBGE (2017).

Na Tabela 2, é possível visualizar que as áreas não utilizadas (tanques, lâmina d'água, caminhos, terras inaproveitáveis, degradadas, construção, benfeitorias etc.) eram grande parte do uso da terra por estes estabelecimentos (IBGE, 2017). Tal retrato demonstra uma certa preocupação, pois esse fato pode prejudicar o aumento da produção e da produtividade na atividade rural por parte da agricultura familiar em Mato Grosso. Referente ao grupo e classe de atividade na terra:

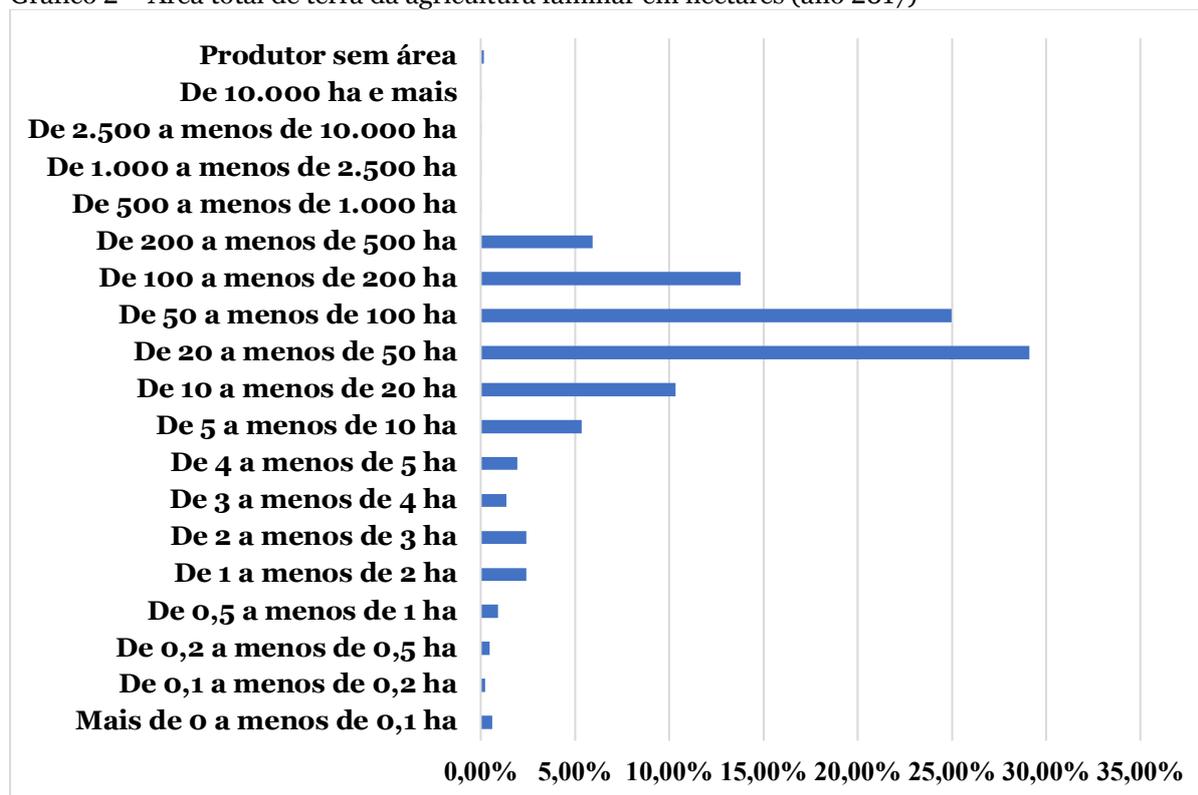
Tabela 3 – Uso da terra entre as propriedades da agricultura familiar em Mato Grosso (ano 2017)

Grupo e classe de atividades na terra	Quantidade
Produção de lavouras temporárias	9246
Cultivo de cereais	838
Cultivo de algodão herbáceo e outras fibras da lavoura temporária	1
Cultivo de cana-de-açúcar	576
Cultivo de fumo	-
Cultivo de soja	2191
Cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja	16
Cultivo de outros produtos da lavoura temporária	5624
Horticultura e floricultura	1594
Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	1537
Cultivo de flores, folhagens e plantas ornamentais	57
Produção de lavouras permanentes	2868
Cultivo de laranja	44
Cultivo de uva	2
Cultivo de frutas da lavoura permanente, exceto laranja e uva	2235
Cultivo de café	59
Cultivo de cacau	13
Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	515
Produção de sementes e mudas certificadas	40
Produção de sementes certificadas	26
Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	14
Pecuária e criação de outros animais	67044
Criação de bovinos	57995
Criação de outros animais de grande porte	97
Criação de ovinos e caprinos	99
Criação de suínos	994
Criação de aves	7781
Criação de outros animais	78
Produção florestal - florestas plantadas	223
Produção florestal - florestas nativas	356
Pesca	25
Pesca em água doce	25
Aquicultura	93

Fonte: elaborado pelos autores com base em informações do IBGE (2017).

A Tabela 3 demonstra que o grupo e classe de atividade na terra pela agricultura familiar no estado estava atrelada à pecuária e a criação de bovinos, aves e suínos (IBGE, 2017). De acordo com os dados do IBGE (2017), referente a concentração de terra pela agricultura familiar em Mato Grosso, mais de 28 mil estabelecimentos estavam na faixa que compreende de 20 a 50 hectares de área, seguida da faixa que compreende de 50 a 100 hectares (23.881 propriedades) e 13.502 estabelecimentos na faixa que vai de 100 a 200 hectares. No Gráfico 02, é possível visualizar cada uma das faixas com as suas devidas concentrações:

Gráfico 2 – Área total de terra da agricultura familiar em hectares (ano 2017)



Fonte: elaborado pelos autores com base em informações do IBGE (2017).

Os cinco municípios com a maior quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar estavam todos localizados na região norte do estado, que também é a região que concentrava o maior número de grandes propriedades por hectare. No Tabela 4, é possível observar a quantidade de estabelecimentos agropecuários nesses municípios comparados com os números de propriedades rurais da agricultura familiar, conforme o Censo Agropecuário do IBGE (2017):

Tabela 4 – Estabelecimentos totais e da agricultura familiar nas cidades de Mato Grosso (ano 2017)

Municípios	Total dos estabelecimentos agropecuários	Número de estabelecimentos da agricultura familiar	
		Número (unidades)	Representação (%)
Confresa	2.300	1.939	84,30
Nova Bandeirantes	1.626	1.353	83,21
Castanheira	1.440	1.240	86,11
Carlinda	1.329	1.100	82,77
Itanhangá	1.246	1.142	91,65

Fonte: elaborado pelos autores com base em informações do IBGE (2017).

Apesar de Itanhangá está na quinta colocação em número de estabelecimentos, ela liderava no quesito percentual de propriedades da agricultura familiar por quantidade de estabelecimentos totais com 91,65%. Ou seja, um dos poucos municípios do estado onde a atividade rural era quase que exclusivamente proveniente da agricultura familiar. Em Itanhangá, aproximadamente 61% da área

total do município destinada à atividade agrícola era compreendida pela agricultura familiar (IBGE, 2017). No que diz respeito ao tipo de prática agrícola, os agricultores familiares se dividem:

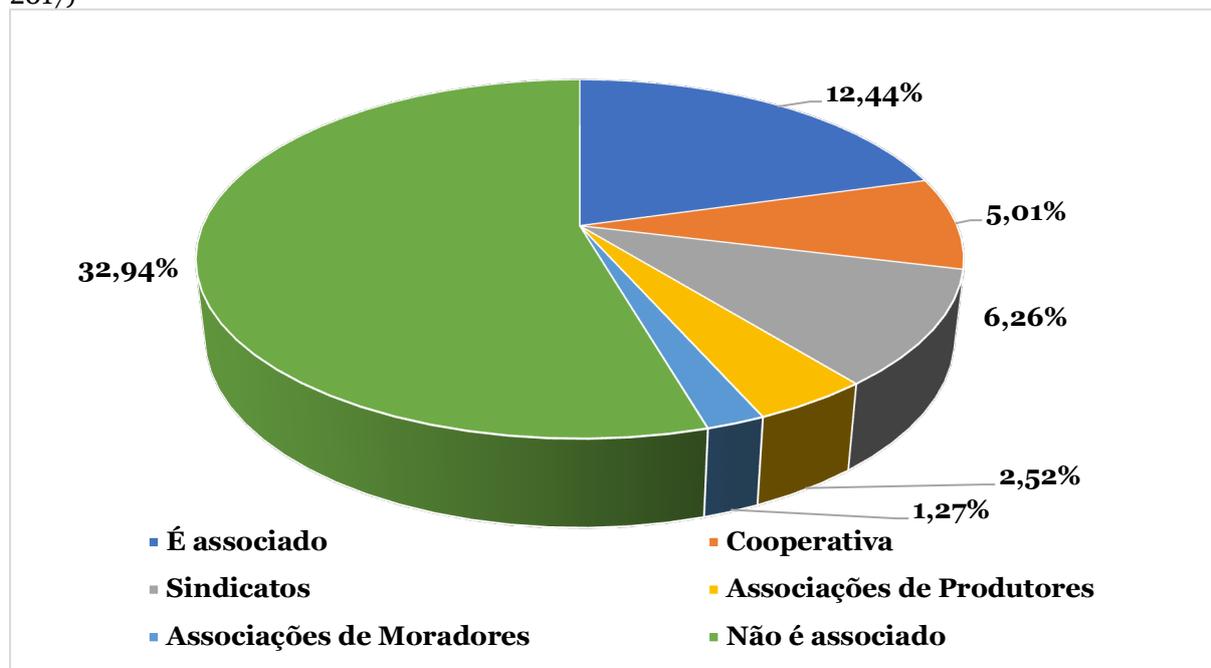
Tabela – 5 Estabelecimentos da agricultura familiar por prática de plantio agrícola (ano 2017)

Tipo de prática de plantio agrícola	Total de estabelecimentos
Plantio em nível	1.620
Rotação de culturas	5.223
Pousio do solo	2.178
Proteção de encostas	2.473
Recuperação de mata ciliar	1.412
Reflorestamento de nascentes	1.502
Estabilização de voçorocas	122
Manejo florestal	255
Pastagens	8.241
Outras	58.609

Fonte: elaborado pelos autores com base em informações do IBGE (2017).

Pela Tabela 5, é possível verificar que a diversidade de prática no plantio agrícola no estado representava 71,79% de todos os estabelecimentos, seguido das pastagens com 10,09% e a rotação de culturas com 8,91% (IBGE, 2017). Ainda segundo os dados do IBGE (2017), aproximadamente 33% não eram associados a nenhuma cooperativa ou associação enquanto 67% estavam vinculados em alguma cooperativa ou associação conforme distribuição que pode ser visualizada no Gráfico 3:

Gráfico 3 – Percentual de estabelecimentos associados e/ou cooperados da agricultura familiar (ano 2017)



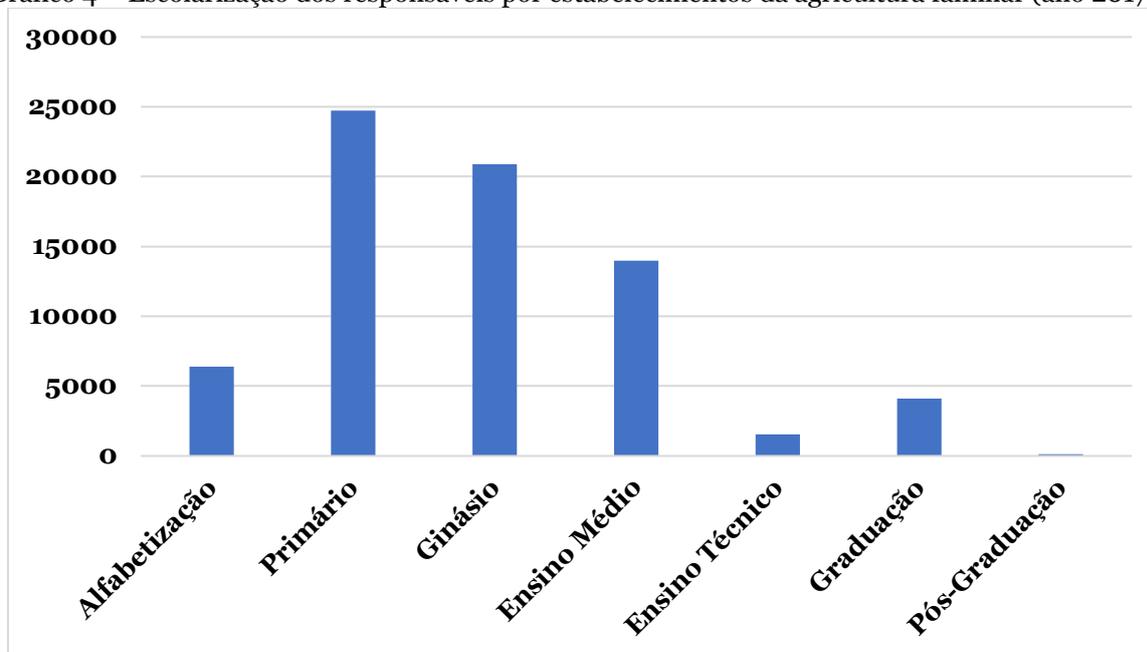
Fonte: elaborado pelos autores com base em informações do IBGE (2017).

Apesar de mais da metade dos estabelecimentos serem cooperados, ainda chama atenção os números que demonstravam que praticamente um terço dos estabelecimentos ainda não estavam vinculados a nenhuma associação ou cooperativa no estado. Nesse sentido, é possível comprovar o que Rippel et. al. (2018) discorrem sobre a redução da participação da agricultura familiar no movimento cooperativista. Para o autor, esse movimento possui relações diretas com as próprias condições de existência da agricultura familiar no campo. Por isso, eles defendem que tais grupos precisam se articular em prol de seus interesses, por meio da criação de cooperativas solidárias de crédito voltadas especificamente para esses grupos familiares.

Sobre a questão da utilização de agricultura orgânica e convencional, existia uma enorme discrepância onde menos de 1,5% realmente faziam emprego da atividade totalmente orgânica em suas propriedades. Destes, 513 propriedades faziam uso da agricultura orgânica vegetal, 546 faziam uso da atividade orgânica animal e 118 propriedades empregavam o uso de ambas as modalidades. Porém, o número de agricultores que só utilizavam atividades convencionais na agropecuária familiar em Mato Grosso ultrapassou 80 mil propriedades (IBGE, 2017).

Os dados do IBGE (2017), referentes ao uso de agrotóxicos revelam que 39,10% dos estabelecimentos da agricultura familiar em Mato Grosso faziam uso de agroquímicos e 60,9% não utilizaram. No entanto, dos que não utilizaram 91,86% não usaram porque praticavam uma agricultura que não emprega uso de agrotóxicos, já 8,14% não utilizaram por não ter encontrado necessidade para o uso. A agricultura familiar no estado empregava 139.715 pessoas, porém 83% das propriedades eram dirigidas por homens em detrimento de 17% chefiadas por mulheres. Destes, 71.578 sabiam ler e escrever e 10.057 não sabiam ler e nem escrever. Sobre o nível de escolaridade dos que sabiam ler e escrever:

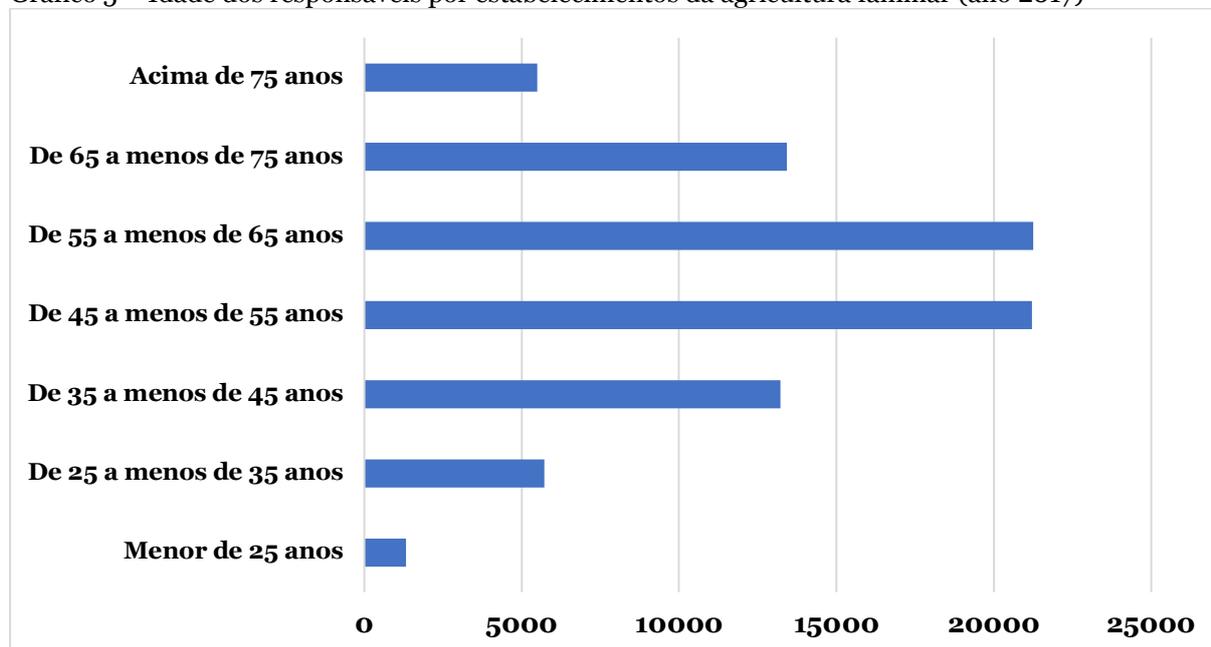
Gráfico 4 – Escolarização dos responsáveis por estabelecimentos da agricultura familiar (ano 2017)



Fonte: elaborado pelos autores com base em informações do IBGE (2017).

De acordo com os dados do IBGE (2017), pelo Gráfico 4 é possível observar que grande parte destes responsáveis por propriedades da agricultura familiar no estado cursaram até o primário (IBGE, 2017). No que tange a idade:

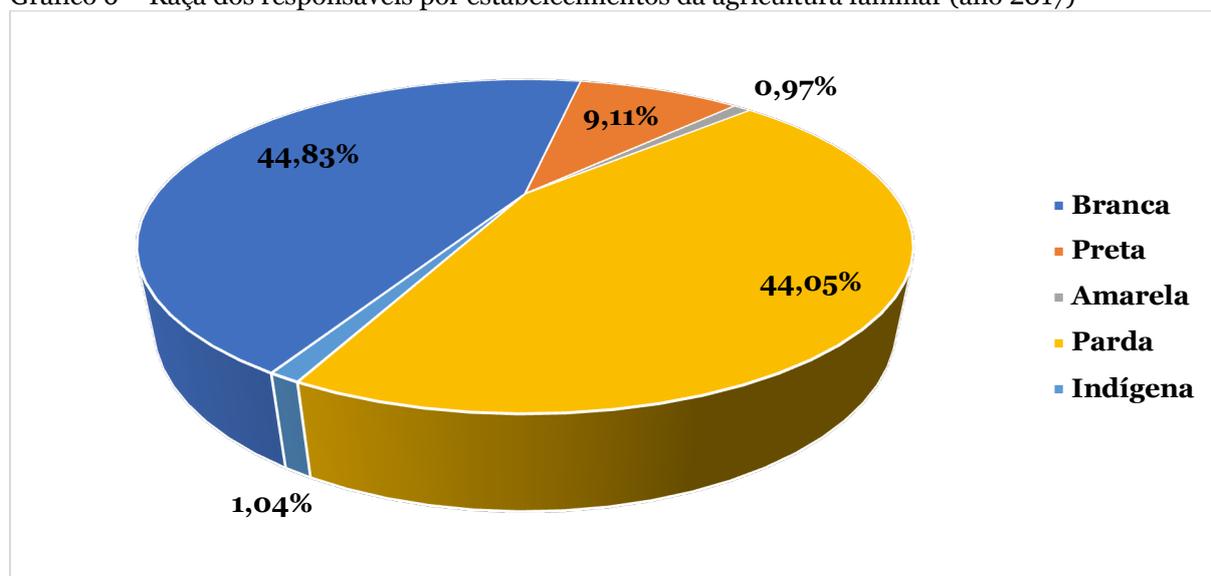
Gráfico 5 – Idade dos responsáveis por estabelecimentos da agricultura familiar (ano 2017)



Fonte: elaborado pelos autores com base em informações do IBGE (2017).

Pelo Gráfico 5 fica nítido que a liderança destas propriedades estava centrada em uma parcela que vai dos 45 aos 65 anos de idade, o que pode ser explicado pelo êxodo rural dos jovens cada vez mais crescente no campo (IBGE, 2017). No que se refere a raça dos responsáveis por esses estabelecimentos, ainda é perceptível a grande concentração nas mãos de pessoas da raça branca:

Gráfico 6 – Raça dos responsáveis por estabelecimentos da agricultura familiar (ano 2017)



Fonte: elaborado pelos autores com base em informações do IBGE (2017).

A raça branca possui 44,83% dos estabelecimentos, seguida da raça parda com 44,05%, demonstrando uma certa desigualdade racial se comparada com as demais raças que, somadas, não chegam a 12% (IBGE, 2017). Tal cenário é explicado devido à forte relação de Mato Grosso com a herança histórica do Brasil colonial, com a concentração de terras pelos bandeirantes responsáveis pela colonização do estado e, por fim, da imigração dos sulistas (grande parte descendentes de povos europeus) em meados da década de 1970 e início de 1980. Sobre a característica do tipo de sistema de preparo do solo, cultivo e plantio, a Tabela 04 demonstra:

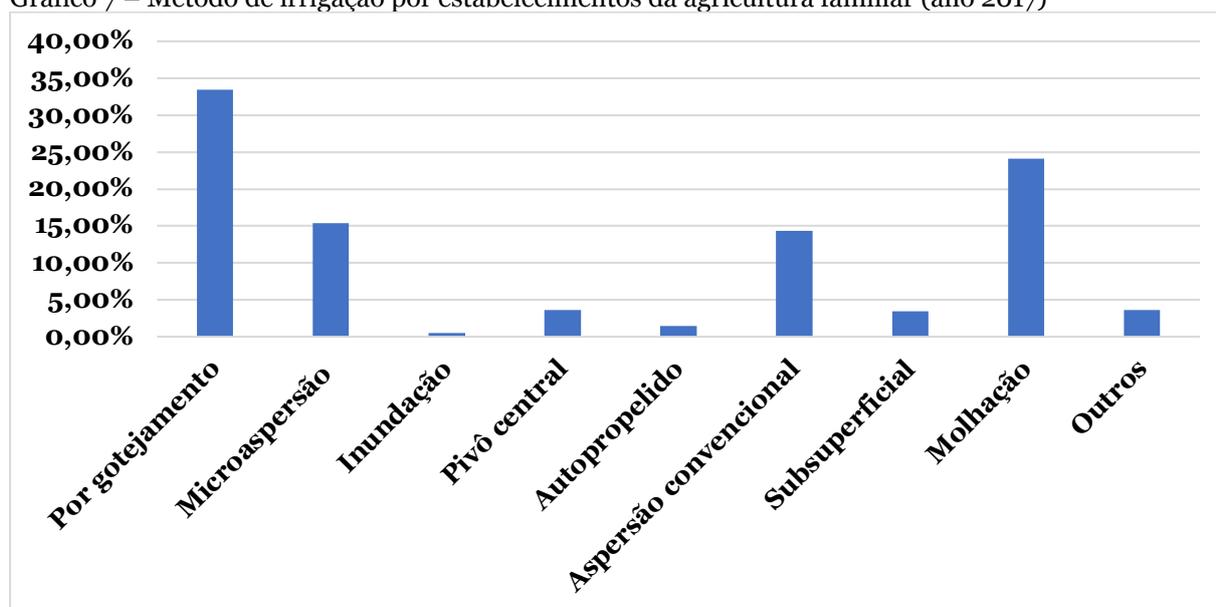
Tabela 6 – Tipo de sistema de preparo do solo, cultivo e plantio (ano 2017)

Tipo de Sistema de Preparo do Solo	
Propriedades que não utilizaram sistema de preparo do solo	52.337
Propriedades que utilizaram sistema de preparo do solo	29.298
Tipo de Sistema de Cultivo	
Propriedades que utilizaram cultivo convencional	5.803
Propriedades que utilizaram cultivo mínimo	19.824
Tipo de Sistema de Plantio	
Propriedades que utilizaram plantio direto na palha	4.239

Fonte: elaborado pelos autores com base em informações do IBGE (2017).

A Tabela 4 demonstra que a característica dominante nestas propriedades ainda é a não utilização de um sistema de preparo do solo com o uso de cultivo mínimo direto na palha (IBGE, 2017). Já sobre o método utilizado para a irrigação, o Gráfico 7 revela:

Gráfico 7 – Método de irrigação por estabelecimentos da agricultura familiar (ano 2017)



Fonte: elaborado pelos autores com base em informações do IBGE (2017).

Conforme o Gráfico 07, o gotejamento e a molhação eram predominantes nos sistemas de irrigação destas propriedades, uma característica devido à prática de cultura de leguminosas, verduras, tubérculos e raízes pela agricultura familiar em Mato Grosso. O estudo revelou que 68% das propriedades possuíam alguma forma de armazenagem e estoque da produção enquanto 32% não possuíam ou não utilizavam. Das propriedades que possuíam armazenagem e estocagem da produção, 83,2% possuíam armazéns convencionais e estruturais, 0,5% armazéns infláveis, 5,36% armazéns graneleiros e granelizados e 10,94% possuíam silos (IBGE, 2017). O número de unidades armazenadoras e sua capacidade total em toneladas podem ser visualizados na Tabela 05:

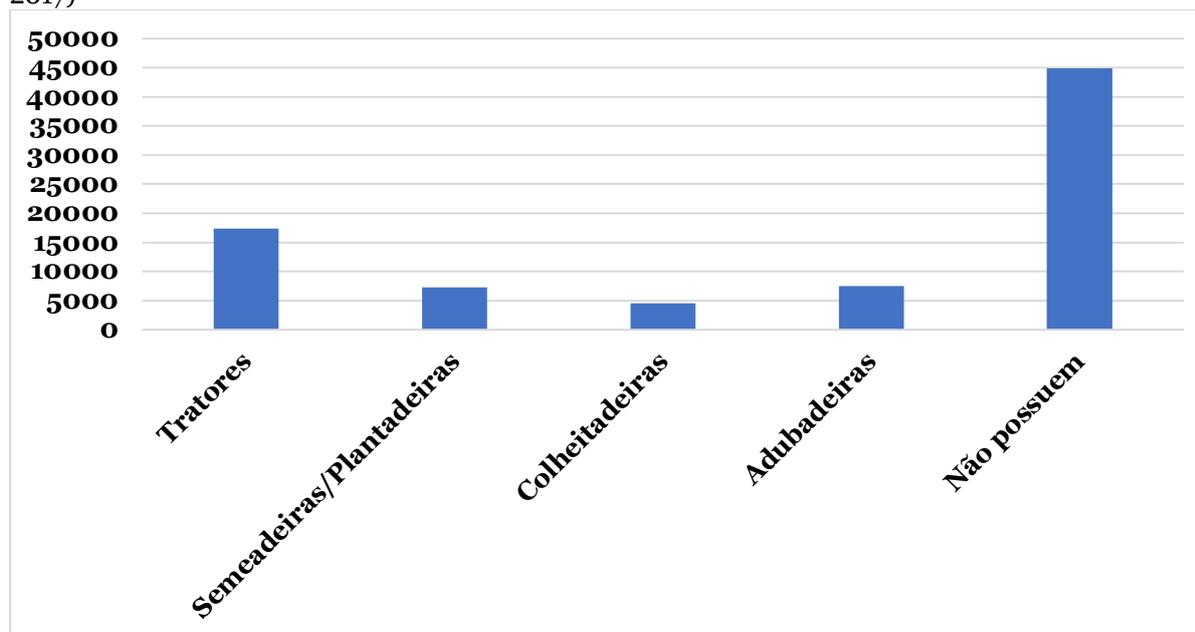
Tabela 7– Número de unidades armazenadoras e sua capacidade na agricultura familiar (ano 2017)

Tipo de unidade armazenadora	Número de unidades armazenadoras nos estabelecimentos	Capacidade das unidades armazenadoras (toneladas)
Armazéns convencionais e estruturais	819	39.123
Infláveis	5	35
Graneleiros	57	5.921
Silos	167	72.709

Fonte: elaborado pelos autores com base em informações do IBGE (2017).

Conforme a Tabela 7, verifica-se que a quantidade de armazéns convencionais era superior aos demais, porém em capacidade os silos eram mais superiores. Tal característica é devido ao custo-benefício dos armazéns em detrimento das demais opções e da capacidade ampliada de armazenagem dos silos. Sobre máquinas e equipamentos, foi identificado:

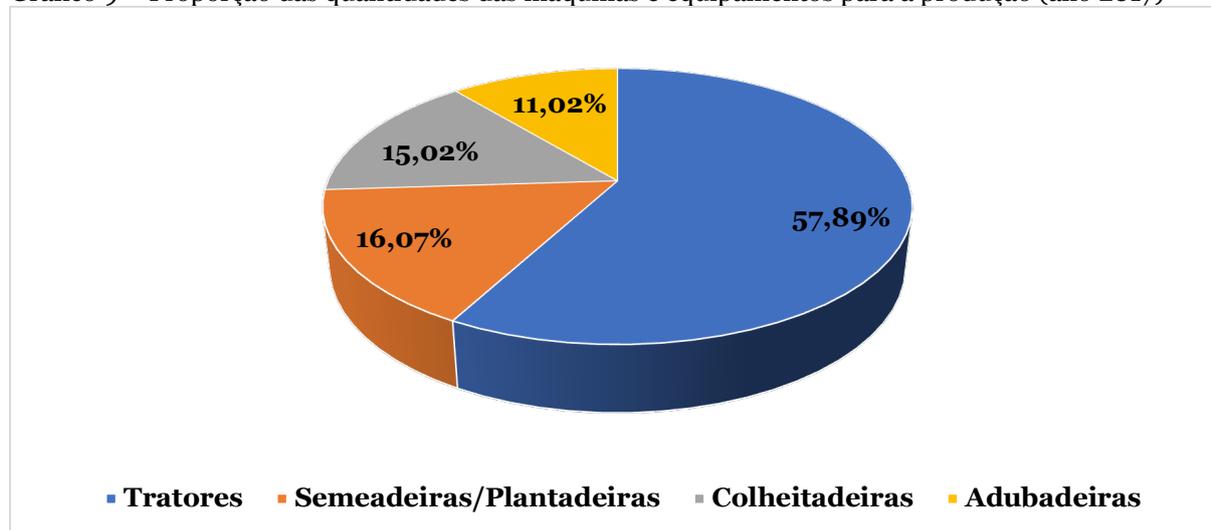
Gráfico 08 – Quantidade de estabelecimentos com máquinas e equipamentos para a produção (ano 2017)



Fonte: elaborado pelos autores com base em informações do IBGE (2017).

Pelo Gráfico 8 é possível observar que mais da metade das propriedades ainda não possuía nenhum tipo de máquina ou equipamento para auxiliar na produção (IBGE, 2017). Tal cenário demonstra a pouca falta de recursos por grande parte dos agricultores familiares no estado, bem como a desigualdade de acesso à tecnologia por este segmento. Já referente aos que possuem:

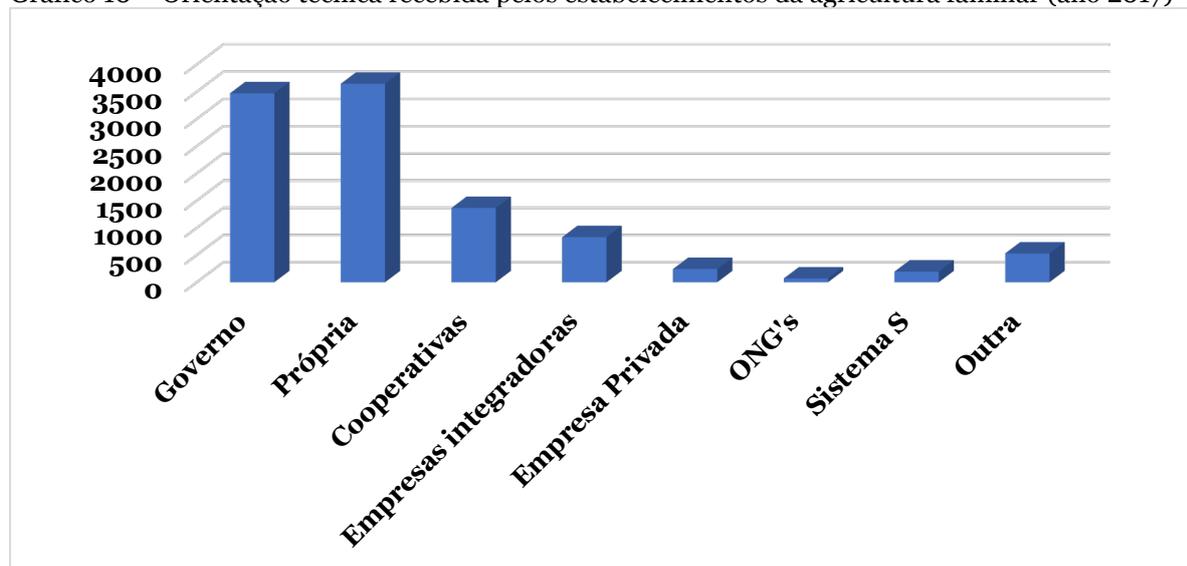
Gráfico 9 – Proporção das quantidades das máquinas e equipamentos para a produção (ano 2017)



Fonte: elaborado pelos autores com base em informações do IBGE (2017).

No Gráfico 9, é possível observar que, no que tange às propriedades que possuem máquinas e implementos agrícolas, grande parte se utilizaram de tratores para a sua atividade rural. Das 81.635 propriedades da agricultura familiar no estado, 34.437 (42,18%) possuíam algum tipo de veículo para locomoção, transporte ou trabalho. O total de veículos levantados nestas propriedades foi de 58.215 unidades, o que equivalia a uma média de 1,69 veículos por estabelecimento (IBGE, 2017). No que se refere à origem da orientação técnica recebida, 71.295 estabelecimentos não recebiam em detrimento de 10.340 que recebiam. Dos que recebiam:

Gráfico 10 – Orientação técnica recebida pelos estabelecimentos da agricultura familiar (ano 2017)



Fonte: elaborado pelos autores com base em informações do IBGE (2017).

O Gráfico 10 retrata uma triste realidade enfrentada pelos agricultores familiares no estado, onde mais de 87% das propriedades não recebiam nenhum tipo de orientação técnica por nenhuma instituição. Um dado preocupante, uma vez que este segmento possui elevada contribuição para a produção de alimentos no estado.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo revelar a situação das propriedades da agricultura familiar no estado de Mato Grosso por meio dos dados coletados pelo Censo Agropecuário do IBGE realizado em 2017. Os dados mostraram a diversificação de cultivos, a situação da produção tanto para consumo quanto para comercialização, o nível de cooperação entre esses agricultores, a variabilidade educacional e a adoção de práticas modernas, como o uso de implementos e insumos agrícolas. Esses elementos destacam a importância econômica e social dessas propriedades no âmbito rural do estado.

Ao longo do estudo, verificou-se que a agricultura familiar em Mato Grosso vem atravessando diversas dificuldades que vão desde a concentração de terras até o acesso às máquinas, equipamentos e orientação técnica. Verificou-se que 70% dos estabelecimentos rurais no estado eram voltados para a agricultura familiar, porém detinham apenas 10% das terras agricultáveis na região. Observou-se que 82% das propriedades eram próprias, porém 11% ainda careciam da posse e do título definitivo da terra. Foi identificado que mais de 40% das propriedades não obtiveram crédito nenhum dos programas para pequenos e médios produtores (PRONAF e PRONAMP), sendo que mais de 70% destas propriedades eram destinadas à pecuária, 80% do uso da terra pela agricultura familiar em Mato Grosso estava atrelado a pastagens.

A pesquisa demonstrou ainda que 34,29% dos estabelecimentos possuíam de 20 a 50 hectares de terra, sendo o município de Confresa ao norte do estado a que possuiu o maior número de propriedades com 1939 unidades. Aproximadamente, 35% das propriedades não eram cooperadas e 12,44% estavam vinculadas à alguma cooperativa ou associação, sendo a mais comum por meio de sindicatos (6,26%). Foi identificado que 98,5% dos estabelecimentos eram de agricultura convencional enquanto 1,5% estavam voltados para a agricultura orgânica. Destes, 39,10% fizeram uso de agroquímicos e 60,9% não utilizaram.

Referente ao perfil dos responsáveis pelas propriedades, encontrou-se que 83% eram homens, 17% mulheres, sendo que 12,31% não sabiam ler e escrever e 87,69% sabiam. Dos que sabiam ler e escrever, a formação escolar mais frequente era o primário, e a idade mais comum entre os responsáveis por estes estabelecimentos estava concentrada entre 55 e 65 anos. Já o tipo de raça mais frequente entre os chefes de estabelecimentos são as brancas e pardas que somadas equivalem a 88,88% do montante encontrado pelo IBGE (2017).

Aproximadamente 65% das propriedades realizam o preparo do solo, sendo grande parte por meio do cultivo mínimo. O tipo de irrigação mais comum é por gotejamento com aproximadamente 35%, e a forma mais frequente de armazenamento é por meio de armazéns convencionais e estruturais em aproximadamente 70% dos estabelecimentos. Verificou-se que, mais da metade das propriedades ainda não possuíam nenhum tipo de máquina ou equipamento para auxiliar na produção, e dentre as que possuem o mais frequente é o trator com 57,89%. Sobre a orientação técnicas recebida, mais de 87% dos estabelecimentos não receberam nenhuma forma de orientação, enquanto entre os que receberam, as mais

comuns são orientações por conta própria ou pelo governo (federal, estadual ou municipal).

Conclui-se que, a agricultura familiar no estado de Mato Grosso precisa de incentivo para se manter ativa e crescente no estado. Problemas relacionados ao acesso a crédito, máquinas e equipamentos, orientação técnica recebida, regularização fundiária e concentração de terra precisam ser sanados o mais breve possível. Caso contrário, a tendência do setor é ser cada vez mais absorvido pelo médio e grande segmento agropecuário do estado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo; Rio de Janeiro; Campinas: Hucitec; Anpocs; Unicamp, 1992.

ANP. **Dados da produção de biodiesel nacional e por estados: série histórica de 2011 a 2020**. Disponível em: <<https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/anuario-estatistico/anuario-estatistico-2021#Secao4>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CEPEA/ESALQ. **Dados do agronegócio brasileiro em 2021**. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-pib-do-agro-cresce-8-36-em-2021-participacao-no-pib-brasileiro-chega-a-27-4.aspx#:~:text=Diante%20do%20bom%20desempenho%20do,52%2C63%25%2C%20respectivamente>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

EMBRAPA. **Módulos fiscais, 2015**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>. Acesso em: 10 de set. 2022.

FRIEDMANN, H. *Simple commodity production and wage labour in the american plains*. **Journal of Peasant Studies**. London, v. 6, n. 1, p. 71-100, 1978.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Editora Fulgor, 1963.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/pesquisa/24/76693?ano=2017>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

_____. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/pesquisa/24/76693?ano=2017>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

_____. **Dados do Censo 2010 Cidades e Estados: Mato Grosso**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt.html>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

_____. **Dados do PIB de Mato Grosso de 2010 a 2022**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

INCRA. **Módulos fiscais por estados e regiões, 2012**. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

LIMA, V. L. K. de.; PAULA, N. M. de. O programa de aquisição de alimentos no Vale do Ribeira: avanços sociais e fragilidades institucionais. **Revista Informe GEPEC**. Toledo, v. 22, n. 2, p. 140-158, jul./dez. 2018.

LOMBA, R. M.; SILVA, I. C. da. O crédito rural na agricultura familiar no estado do Amapá-Brasil. **Revista Informe GEPEC**. Toledo, v. 18, n. 2, p. 20-36, jul./dez. 2014.

PLANALTO. **Lei nº 6.746 de 10 de dezembro de 1979**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6746.htm>. Acesso em: 10 set. 2022.

_____. **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 10 set. 2022.

RIPPEL, L.; ALVES, A. F.; PLEIN, C. O cooperativismo de leite da agricultura familiar no sudoeste do Paraná: do processo organizacional à crise. **Revista Informe GEPEC**. Toledo, v. 22, n. 1, p. 24-42, jan./jun. 2018.

SERVOLIN, C. *L'absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste*. In: TAVERNIER, Y.; GERVAIS, M.; SERVOLIN, C. ***L'univers politique des paysans dans la France contemporaine***. Paris: Presses de la Fondation National des Sciences Politiques, 1972. p. 41-77.

Recebido em 30/06/2023.
Aceito em 22/02/2024.